Aos cavaleiros da Politécnica: regulamentação profissional, metáfora e política no discurso de Alexandre Albuquerque*

Leonardo Faggion Novo
Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Rua Cora Coralina, 100, Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas, SP, Brasil, CEP 13083-896, +55 (19) 3521-1685, leo.novo7@gmail.com

Resumo

O artigo objetiva analisar a participação de Alexandre Albuquerque (1880-1940) nos debates sobre a regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil. A partir da construção de uma mitologia em torno do engenheiro-arquiteto, com origem em seu discurso enquanto orador da turma de formandos da Escola Politécnica em 1905, seu protagonismo como aglutinador dos interesses de sua classe profissional é constantemente reiterado. Dessa forma, o trabalho procura analisar o contexto de produção e transmissão do discurso de 1905 a fim de compreender a distância entre sua formulação, sua inserção no debate acerca da regulamentação profissional e sua conversão em mitologia.

Palavras-chave: Alexandre Albuquerque, regulamentação profissional, Escola Politécnica de São Paulo.

A regulamentação profissional dos arquitetos no Brasil foi promulgada em 11 de dezembro de 1933, através do Decreto Federal número 23.569, que também reconheceu legalmente as profissões de engenheiro civil e agrimensor. Organizado em seis capítulos, ele subordinava as profissões citadas a disposições gerais (como a exigência de diplomas provenientes de instituições e escolas oficiais para o exercício profissional) e criava o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), um sistema autárquico que atuava em esferas administrativa, consultiva e deliberativa. Além das regulações gerais, o Decreto também exaltava as particularidades de cada campo profissional, delimitando as competências exigidas de cada especialização.

O Decreto é entendido aqui como consolidação de determinadas perspectivas acerca da profissão de engenheiro, resultado de inúmeros debates, polêmicas e complexos jogos políticos. Apesar disso, algumas interpretações históricas sobre esse processo tendem a enaltecer a atuação individual de determinados profissionais, contribuindo para cristalização de mitologias a partir da identificação de "paladinos" na campanha pela regulamentação profissional. O lugar ocupado pelo engenheiro Alexandre Albuquerque (1880-1940) em algumas dessas narrativas é, nesse sentido, exemplar.

A figura de Albuquerque é emblemática por apresentar múltiplas dimensões da atuação desses profissionais no período. Formado em 1905 engenheiro-civil e engenheiro-arquiteto, ele se tornou o primeiro ex-aluno a retornar a Politécnica como professor, em 1917, assumindo também outras funções administrativas, como a diretoria da biblioteca da escola. Além de *lente*, Alexandre Albuquerque ainda foi autor de inúmeros projetos para construções particulares, trabalhando junto a Ramos de Azevedo desde sua formatura, e, posteriormente, em sociedades com outros colegas

* Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo número 2015/13425-5.

da Escola Politécnica, como Guilherme Winter, a partir de 1910. O período de sua atuação, sobretudo as três primeiras décadas do século XX, é caracterizado por Sylvia Ficher como o da "consolidação do mercado de trabalho" e da "institucionalização da arquitetura"[1], o que possibilitou seu envolvimento com a fundação de associações profissionais (como a extinta Sociedade dos Arquitetos e Engenheiros, de 1911 e o Instituto de Engenharia, em 1916) e escolas e cursos de arquitetura (em 1925 participou da fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo e, em 1928, durante sua presidência, criou o curso de arquitetura).

Albuquerque, como muitos de seus contemporâneos, também atuou diretamente na política institucional, votado vereador pelo Partido Republicano Paulista por duas vezes (de 1926 a 1929 e de 1936 a 1937). Como vereador, propôs leis municipais relativas ao registro profissional e participou de comissões ligadas a diversos temas, desde obras e serviços públicos até a cultura e a recreação. Nesse sentido, ele se torna figura representativa da tendência de inúmeros profissionais, sobretudo engenheiros, a se incorporarem aos órgãos estatais e formaram um corpo técnico, desempenhando o papel de gestores e idealizadores de políticas públicas voltadas para a cidade[2]. Essa dimensão é fundamental para entendermos a proximidade desses arquitetos com o poder público e levantar a hipótese de que essa relação facilitaria a articulação de suas demandas[3]. Nesse sentido, a construção dessa mitologia criada em torno do pioneirismo de Albuquerque relativiza a importância da rede de profissionais e políticos nas quais ele se inseria e como essas relações possibilitaram a ele ocupar cargos públicos e encabeçar demandas profissionais.

Mesmo nesses breves parágrafos, na tentativa de pontuar alguns momentos de sua prática profissional para o entendimento da problemática aqui trabalhada, foi construída uma narrativa acerca de Albuquerque. Entretanto, é importante destacar que sua trajetória, antes de um elencado de obras, projetos e cargos públicos, assume um caráter altamente complexo e multifacetado, colocando problemas ao historiador que pretende compreendê-la. As questões relativas a esse tipo de narrativa são diretamente relacionadas com a publicação do livro *Urbanistas e urbanismo no Brasil*[4]. Mais do que uma coletânea de textos que aceitaram o desafio de se pensar e realizar a escrita de trajetórias profissionais e/ou biografias, a obra tem aqui, inestimável valor teórico-metodológico.

Nesse sentido, Daniel Faria explora a noção de mito, relacionando-a a um estilo específico de narrar. Para ele, o mito não é, necessariamente, uma mentira ou invenção, mas o "delineamento de uma trama que cria cenários, temporalidades e agentes, segundo modalidades de encadeamento de eventos, de uso de figuras de linguagem e tropos retóricos"[5]. Ao refletir sobre a construção de "heróis da história", o autor analisa três mitos (o *homo faber*, o gênio romântico e o engenheiro da Torre de Babel), colocando em perspectiva não só as estratégias próprias do campo das biografias, mas, mais especificamente, como elas assumem outra dimensão quando aplicadas ao campo do urbanismo. A contribuição das reflexões de Faria para o presente trabalho é a de enaltecer a construção do herói civilizador, destacando os efeitos políticos de tais narrativas e mitos, bem como seu papel de um *eu* que se afirma no e contra o mundo: "um soberano que governa e planeja, um técnico que vê o mundo como coisa a ser criada ou reformada"[6].

Assim, a repetição de modos de narrar (sobretudo relativos a arquitetos e urbanistas, em sua relação de interventores nas cidades) é entendida como a repetição de constantes culturais em prol de uma história exemplar. Na análise das narrativas construídas sobre Albuquerque, nota-se que sua trajetória, quando retomada, quase sempre é traçada a partir de alguns "eventos-chave", que corroboram para a construção de uma excepcionalidade e genialidade em sua atuação, descolando-o de seu tempo e contexto.

Como analisa Josianne Cerasoli, apesar de escassos, os estudos acerca de Albuquerque sempre frisam as mesmas três dimensões de sua prática profissional: o discurso como orador de sua formatura na Politécnica, em 1905, lido como pioneiro na campanha pela regulamentação profissional; sua proposta para melhorias no centro de São Paulo, nomeada "as Novas Avenidas de São Paulo", submetido à Câmara em 1910; e sua função como diretor de obras da Catedral Metropolitana da cidade por mais de 20 anos (desde 1919 até o ano de seu falecimento, em 1940)[7]. Em seu estudo, a autora aborda as relações entre arquitetura e urbanismo a partir da análise

[1] FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.25-42.

[2] Ângela Gomes problematiza a oposição entre essas duas categorias na formação do pensamento político brasileiro. Para a autora a emergência dos "técnicos" em cargos políticos nas primeiras décadas do século XX é índice da construção da figura do "técnico" enquanto alguém que, por sua formação específica de alto nível e por sua suposta "neutralidade", "é capaz de romper com o 'atraso' e criar riqueza". GOMES, Ângela Maria de Castro (Coaut. de). Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1994, p.3.

[3] Além de Albuquerque, outro caso interessante é o de Adolfo Morales de Los Rios Filho (1887-1973). Filho do arquiteto Adolpho Morales de Los Rios (1858-1928) e formando tanto em arquitetura, pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, quanto em engenharia, pela Escola Politécnica de São Paulo, Rios Filho se tornou, posteriormente, o presidente com a gestão mais longa do CONFEA (de 1936 a 1960). Ele ainda foi responsável por publicar dois volumes de seu estudo sobre a regulamentação da profissão de arquiteto, nos quais explicitava os esforços e articulações políticas em prol da legitimação profissional, além de compilar normas legais referentes as iniciativas do Estado na restrição do campo. MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *A regulamentação da profissão de arquiteto*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1934; e *Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura: exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor: resoluções, documentação*. [Rio de Janeiro]: Ministério do Trabalho, Industria e Commercio, 1938.

[4] FARIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josianne Francia; LIRA, Flaviana (org.). *Urbanistas e urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografia*. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

de preceitos higiênicos, estéticos e construtivos colocados em pauta pelo engenheiro-arquiteto e destaca os referidos momentos recorrentes nas narrativas sobre ele. Apesar de identificar a ênfase dada ao papel de Albuquerque na construção da Catedral e como autor do "Plano de Avenidas" creio que, ao menos para o entendimento da mitologia destacada aqui, o discurso de 1905 é retomado com mais veemência e é diretamente associado ao caráter pioneiro da atuação do engenheiro.

O presente trabalho pretende analisar o discurso de 1905 procurando identificar as estratégias linguísticas, retóricas e políticas, a partir das quais Albuquerque articulou seus próprios interesses com a temática da regulamentação. Dessa forma, o "paladino" não deixa de ser uma figura importante, mas perde tal status ao serem privilegiadas, ao invés de atuações individuais, as tramas e jogos políticos traçados entre os próprios engenheiros e arquitetos, entre associações profissionais e o Estado, e entre essas instâncias e a própria sociedade, a fim de legitimar-se enquanto saber técnico especializado sobre a cidade. Para isso, são analisados, aqui, dois momentos: o próprio discurso, desconstruindo a narrativa do autor e perscrutando o contexto de sua produção; e a distância entre sua formulação, sua inserção no debate da regulamentação profissional dos arquitetos e sua conversão em mitologia.

A inauguração de uma "cruzada" profissional

Publicado em 1906 na "parte administrativa" do Anuário da Escola Politécnica de São Paulo, o discurso do orador Alexandre de Albuquerque foi "calorosamente applaudido" por um público que misturava professores (como o diretor Paula Souza, e os professores Ramos de Azevedo, Affonso Taunay, Jorge Krug e Brandt de Carvalho), representantes de outras escolas e faculdades, e representantes de diversas repartições do Estado. Dentre seus colegas "engenheirandos", formaram-se, além de Albuquerque, apenas outros dois engenheiros-arquitetos, Hyppolito Pujol Junior e Bruno Simões Magro. É relevante destacar que todos eles se formaram também engenheiros-civis nessa cerimônia. Além deles, também colaram grau no dia 29 de junho de 1905 os engenheiros-civis Gabriel Antonio da Silva Dias, Paulo Vargas Cavalheiro, Alcides Barboza, Gustavo de Lara Campos, Joao da Costa Marques, Aurelino Pires dos Campos, Socrates Halfeld de Andrade, Joaquim do Amaral Gurgel e Francisco Ozorio Mascarenhas, bem como os engenheiros-agrônomos Oscar Eugenio Lofgren e Theodoro Leite de Almeida Camargo[8].

O discurso toma dez páginas da publicação e é dividido em sete partes, nas quais ele se dirige tanto ao público de maneira geral, quanto a setores específicos (os "senhores", indicando o presidente do Estado, os ministros, diretor, congregação; e os "colegas", indicando os demais formandos e engenheirandos). Na primeira parte, Albuquerque, por meio de grandiosas metáforas e inúmeros adjetivos, define a importância e monumentalidade da cerimônia da qual participam, valorizando esse rito de passagem para a vida profissional. A segunda parte, por sua vez, é dirigida aos "senhores", ou seja, professores e autoridades do Estado presentes na cerimônia. O tom, nesse ponto, é o de exaltar como a inteligência humana tem produzido "descobertas" em todos os ramos da ciência. A perspectiva enaltecida por Albuquerque é a de uma continuidade entre heranças do passado (tais quais os experimentos de Newton, Escola de Alexandria, Faraday, Hertz e Galileu) e a crescente e desejável posição das "sciencias applicadas" na sociedade do século XX. Há, ainda, grande ênfase a relação do engenheiro com o mundo físico, objeto de sua intervenção, seja qual for sua especialidade: "Auxiliada pela Sciencia, pela Industria e pela Arte o engenheiro transforma pois a face do Planeta"[9].

Dirigindo-se aos colegas engenheirandos o autor enaltece a *missão* incumbida aos "cavaleiros da Grande Cruzada" em sua atuação profissional. Para isso, ao invés de voltar seu olhar aos próprios engenheiros, explora a Pátria, alvo do conhecimento técnico desses profissionais e seus melhoramentos. Apesar de todas as riquezas naturais encontradas no Brasil, "ilha encantada onde o Destino guardou tosos os primores", as inovações técnicas no país ainda são entendidas pejo jovem Albuquerque como arcaicas. Apesar disso, o engenheiro, sustentando seu argumento de valorização da formação em engenharia e da obtenção do diploma, ainda nos apresenta o "quadro do futuro", repleto de esperanças e fé na engenharia como salvadora e transformadora do cenário problemático exposto anteriormente.

5 FARIA, Daniel. O herói da história. Algumas considerações em torno da escrita biográfica, in FARIA, R.; CERASOLI, J.; LIRA, F; Urbanistas e Urbanismo no Brasil - entre trajetórias e biografias. São Paulo: Alameda, 2014, p.29.

6 Idem, p.44.

7 CERASOLI, Josianne. Arquiteturas Urbanas: higiene, estética e construções civis em São Paulo no início do século XX. Itinerário profissional de Alexandre Albuquerque e o debate sobre a cidade. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 10, n. 3, p.4, 2008. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1241>. Acesso em: 05 nov. 2015.

8 Acta da sessão solene de collação de grau e encerramento dos cursos do anno letivo de 1904-1905, em 29 de junho de 1905, in ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.3-24.

9 Idem, p.18.

Albuquerque não só traça os objetivos a serem conquistados a partir do exercício e da prática da engenharia no Brasil, como também explicita o programa a ser seguido. A ênfase, nesse momento, recai sobre o caráter republicano do país e todas as melhorias surgidas com sua proclamação: "abriu de par em par as portas da instruccção, causa do Progresso que se vai disseminando em todos os recantos do solo pátrio"[10]. Seu argumento central é o de que a instrução é o ponto de apoio da "alavanca do progresso", se tornando uma arma contra o decadentismo "associado a nossa raça". É necessário colocar em perspectiva, a partir desse ponto destacado do discurso, a atuação de Albuquerque como vereador pelo Partido Republicano Paulista, a primeira de 1926 a 1930 e a segunda de 1934 a 1937, momentos em que foram colocados em debates parlamentares a temática da regulamentação profissional, culminando, inclusive, em leis municipais que legislavam nesse sentido[11]. Seu uso do elemento republicano como explicativo para os "avanços" da Pátria, dessa maneira, toma outra dimensão, ligada a seus próprios interesses e projetos políticos.

É, finalmente, na quinta parte, após desenvolver os pressupostos aqui elencados, que Albuquerque faz a defesa da regulamentação profissional, dando início a construção de sua própria mitologia. Ele faz um apelo às classes dirigentes do país, se colocando contra a perigosa e desleal concorrência dos engenheiros formados com os "aventureiros" – também chamados de "práticos" – referindo-se ao grande número de construtores sem diploma que atuavam no ramo da construção[12]. A estratégia utilizada por Albuquerque é a de comparar a área da engenharia com a da medicina e a da advocacia em termos da regulamentação profissional, denunciando um descaso perante sua classe de "cavalleiros", destacando sua função social:

Ora somos hygienistas protegendo não um homem mas populações inteiras contra os desvarios da Morte. Em todos os recantos se manifesta a constante preoccupação da engenharia moderna no intuito de prolongar a existência humana. [...] Sobre nós pesam responsabilidades immensas. As desgraças causadas pelos nossos erros levam o pranto e o lucto a innumeros lares[13].

Seus argumentos nesse movimento de legitimação e valorização profissional fornecem indícios de sua habilidade retórica e, sobretudo, política. Além de se valer de preceitos morais e práticos no enaltecimento da ação dos engenheiros, Albuquerque ainda valida sua defesa pelo investimento financeiro do próprio Estado na manutenção das escolas politécnicas, aplicando "enormes capitaes" anualmente. Após essa intensa exposição de motivos, o engenheiro clama que "*para honra do Brasil*, seja regulamentada a profissão do engenheiro". Ele finaliza seu discurso defendendo os pilares que sustentam sua profissão: a energia, o caráter e o trabalho, transformados, a partir de suas metáforas, nas armas com as quais esses cavaleiros iriam partir em sua cruzada, nivelando o caminho, por vezes tortuoso, de sua trajetória[14].

O que proponho aqui, após essa exposição, é analisar o discurso em toda a sua historicidade, sobretudo a partir dos pressupostos do contextualismo linguístico, proposto por Quentin Skinner e John Pocock. De certa forma, o tema da regulamentação e das melhores condições de atuação profissional perpassa toda a edição do Anuário que publicou o famoso discurso de Albuquerque. A análise dos demais textos publicados nele indicam que a temática já era debatida pelos professores e alunos da Escola Politécnica, inclusive em iniciativas anteriores ao próprio discurso, como a fundação do Grêmio Politécnico e da Revista Politécnica[15]. Além disso, discursar sobre a regulamentação profissional e pela defesa dos interesses de sua classe em uma cerimônia de colação de grau, ou seja, no momento em que esses "engenheirandos" se tornam habilitados a exercerem sua profissão através da obtenção do diploma, é deveras esperado, tendo em vista que tais engenheiros formados iriam atuar, na época, sem qualquer respaldo legal do Estado, que não reconhecia sua profissão.

No prefácio do Anuário de 1906, a comissão da redação formada por Paula Souza, Augusto da Silva Telles, José Brandt de Carvalho e Victor da Silva Freire, afirma que tais esforços de sua classe em prol dos melhoramentos de seu exercício profissional

[...] apresenta-se como o indicio de uma era melhor para a carreira do engenheiro, na qual esperamos ver os filhos desta Escola continuar a corresponder, como ate aqui, os esforços empenhados pelo corpo docente no sentido de torna-los factores realmente eficazes de nosso progresso, honrando a profissão a que pertencem [16].

10 Idem, p.20.

11 A Lei Estadual n. 2.022, de 27 de dezembro de 1924, é, inclusive, conhecida como "Lei Alexandre Albuquerque. Segundo Sylvia Ficher, foi pioneira no controle do exercício das profissões de engenheiros, arquitetos e agrimensores. Através dela, era exigido registro junto à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas em dois casos distintos: a partir dos "títulos acadêmicos" de engenheiros, arquitetos e agrimensores; e, para aqueles que não possuíam diploma, era possível obter o título de *licenciados* para a prática profissional a partir da comprovação do exercício da profissão por cinco anos ou mais. FICHER, S., Op. Cit., p.179.

12 Apesar de não ser o objetivo do presente trabalho, os "práticos" representavam, no período, uma das maiores concorrências e problemáticas no campo da construção para esses engenheiros. Muitas estratégias, debates e ações políticas foram pensadas para impossibilitar sua atuação, em um movimento que unia as mais diversas especialidades da engenharia em prol dessa mesma finalidade. Sobre o assunto ver: PARETO JUNIOR, Lindener. O cotidiano em construção: os "práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933). 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30012012-151830/>. Acesso em: 2015-11-05.

13 ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.° anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.22.

14 Idem, p.24.

15 O Grêmio Politécnico foi fundado em 1903, com o envolvimento de alunos da Escola da época, entre eles Alexandre Albuquerque. No ano seguinte, 1904, esse mesmo grupo começou a editar a Revista Polytechnica.

É relevante, nesses apontamentos, a publicação de outro discurso junto a "Acta da sessão Selene de collação de gráu e encerramento dos cursos do anno lectivo de 1904-1905, em 29 de junho de 1905", de autoria do diretor da Escola Politécnica, Paula Souza, paraninfo dos "engenheirandos" daquela noite. Ele estrutura seu discurso em duas partes: na primeira faz considerações gerais sobre o campo da engenharia, e os desafios a serem enfrentados pelos engenheiros; e na segunda aborda detidamente as peculiaridades de cada especialidade e os desafios próprios de sua área de atuação. Sua intenção vai no sentido de "apresentar aos jovens collegas as despedidas e os votos sinceros pela sua prosperidade", exaltando a turma que se forma e deixa na Instituição "um traço luminoso". O paraninfo destaca as habilidades adquiridas por eles na Politécnica, afirmando que a partir de sua formação e especialização, eles poderão aplicar seus conhecimentos, contribuindo para o engrandecimento e prosperidade da Patria (mesma categoria utilizada por Albuquerque ao identificar a quem se dirigiam os esforços feitos por esses profissionais em sua atuação), que "muito precisa da actividade do Engenheiro"[17].

Dessa maneira, o Brasil é configurado por ele como um grande problema de engenharia, no qual "[...] de facto, quasi tudo está ainda por fazer-se", dotando tais engenheiros de um caráter inovador, indicando os muito caminhos onde ainda há muita coisa para se iniciar. Ou seja, o argumento defendido por ele é o de que os engenheiros possuem "um grande campo de acção para nelle exercedes vossas aptidões technicas e artísticas", citando como exemplos os próprios professores da Escola Politécnica. Por fim, para exemplificar a natureza e efetividade da atuação de tais profissionais, o paraninfo aborda a cidade de São Paulo (entendida como objeto de intervenção privilegiada dos engenheiros), traçando uma comparação entre a "cidade de então", da época em que eles iniciaram os estudos na Escola, com a "actual", atribuindo à figura do engenheiro a agência que "*transformou* S. Paulo por completo. "[18].

Ao analisar o peso dos dois discursos na bibliografia acerca da regulamentação profissional, nota-se que Paula Souza não aparece diretamente relacionada a essa condição excepcional e pioneira na defesa dos interesses de sua classe profissional. Apesar disso, como observado em seu discurso, o engenheiro enaltecia a importância de sua profissão tanto quanto o fez Alexandre Albuquerque. Se sobre o orador construiu-se uma mitologia em relação a regulamentação, sobre o paraninfo construiu-se uma mitologia sobre seu papel na fundação da Escola Politécnica, da qual é considerado um dos "pais"[19].

A compreensão da presumida singularidade do discurso de Albuquerque perpassa a identificação das estratégias utilizadas por ele ao tecer seus argumentos. Nesse sentido, o uso constante de metáforas deve ser analisado, destacando os efeitos políticos dessa figura de linguagem, tanto para os presentes na cerimônia de colação de grau em 1905, quanto para a historiografia, que reapropriou-se delas na construção da mitologia.

Paul Ricoeur se empenha em uma análise do processo metafórico, reivindicando sua complexidade e afirmando sua tríplice composição: um processo não apenas cognitivo, mas também sentimental e imaginativo. Dessa forma, cognição, imaginação e sentimento não se tornam categorias excludentes ou opostas, mas trabalham em complementariedade, a partir da noção de analogia estrutural, constituindo toda a solidez e totalidade do processo metafórico. Grosso modo, segundo o autor, o processo metafórico é composto de três fases: a do insight dentro da semelhança – tornando possível "enxergar a semelhando, vendo o mesmo apesar, e através, da diferença" –; a do caráter figurativo – enaltecendo o papel da imaginação e sua dimensão pictórica, produzindo imagens esquematizadas que visam estabelecer um modo figurativo de expor relações –; e, finalmente, a de "interrupção", ou momento de negatividade – diretamente relacionado a projeção e construção de novas possibilidades de ver o mundo, possibilitadas pela aproximação conseguida com a mobilização do elemento sentimental, o que leva a compreensão aberta, de um "devir", de todo o processo[20].

Ao analisar detidamente tais fases e como elas se articulam em prol do estabelecimento da metáfora, Ricoeur estabelece o viés para a análise aqui proposta, afirmando que "a metáfora não é o enigma, mas a solução do enigma"[21]. Portanto, adentrando o "salão augusto" perante os membros da Congregação, o grande astro "que teve um nascer mas que não terá um occaso", Albuquerque habilmente, através de tais metáforas, aproxima o papel e a prática dos engenheiros dos "degraus do Olympo". Ou seja,

16 ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.IV.

17 Acta da sessão solene de collação de grau e encerramento dos cursos do anno letivo de 1904-1905, em 29 de junho de 1905, in ANNUARIO da Escola Polytechnica de São Paulo para o anno de 1906: 6.º anno. São Paulo, SP: Escola Polytechnica de São Paulo, 1906, p.5-14.

18 Idem, p.11.

19 Sobre essa suposta "paternidade" de Paula Souza, Josianne Cerasoli, em sua dissertação de mestrado, discute as implicações da construção desse mito, traçando novos horizontes interpretativos acerca da fundação da Escola Politécnica de São Paulo. CERASOLI, Josianne Francia. A grande cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira Republica. 1998. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000133906>. Acesso em: 05 nov. 2015.

20 RICOEUR, Paul. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, Sheldon (org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ-Pontes, 1992, p.145-160

21 Idem, p.148.

de uma só vez enaltece o lugar privilegiado de tais profissionais dentro da sociedade e perante a cidade (alvo de suas intervenções) e traça a missão de tais figuras a partir da conclusão de seus cursos na Escola Politécnica. O diploma, dessa forma, se torna, ao mesmo tempo, a espada e a armadura desses cavaleiros que partem para sua "grande cruzada".

A partir dos pressupostos de Ricoeur, identifica-se o efeito político de tais metáforas, contido justamente em sua dimensão psicológica (ou seja, na imaginação e no sentimento, deslocados para dentro da dimensão cognitiva do processo metafórico). O enaltecimento dessas duas etapas pelo autor possibilita seu entendimento como preponderante na fixação do elemento indelével contido em tais asserções. Por seu caráter interior, as metáforas criadas por Albuquerque não podem ser desmontadas facilmente pela racionalidade do elemento lógico, assumindo, então, caráter altamente persuasivo.

O peso da historiografia na consolidação de um mito

A partir das considerações feitas acerca do discurso do orador Albuquerque e suas estratégias narrativas e metafóricas, bem como sobre o contexto de sua produção, ainda se faz necessário discutir a distância entre sua transmissão, em 1905, e a consolidação de sua mitologia. Para isso, as reflexões de Quentin Skinner em "Meaning and understanding in the history of ideas" contribuem para o entendimento dos efeitos historiográficos das mitologias.

Ele identifica três tipos de mitologia recorrentes em narrativas históricas. A primeira é a das doutrinas, quando buscadas, pelo historiador, nos textos de um autor. Colocam-se intenções nas palavras do autor que, muitas vezes, não estavam presentes no momento de sua produção textual, essa expectativa por parte do historiador acaba gerando anacronismos e "antecipações" de formas de pensamento. Ele ainda indica um outro tipo de mitologia, a da coerência, buscada pelo historiador em sua análise de determinada doutrina, atropelando as intenções originais do autor em sua escrita e ignorando a incoerência e complexidade que caracteriza o pensamento humano. A busca pela coerência de uma doutrina, segundo ele, chega a solapar as antinomias do texto em questão. Por fim, ele identifica a mitologia da prolepse, referente a antecipação de um futuro, exemplificando esse tipo a partir de Maquiavel, tido como o "fundador do pensamento político moderno". Para Skinner, essa busca por influências e fundações no campo do pensamento e das ideias não respeitam o contexto no qual os autores escreveram:

It is surelly empirically commonplace that we engage rather in an often intolerable wrestle with words and their meanings, that we characteristically spill over the limits of our intelligence and get confused, and that our attempts to synthesize our views may in consequence reveal conceptual disorder at least as much as coherent doctrines [22].

Ele afirma que o contexto social ajuda a identificar a formação e mutação das ideias, mas as ideias também ajudam a inferir o mesmo sobre o contexto social, em uma via de mão dupla. Logo, Skinner não considera que o conhecimento do contexto seja suficiente para uma metodologia em história das ideias. O contexto não permite atingir todas as intenções, permanecendo assim uma lacuna. Além de buscar as intenções, o historiador deve buscar também como tais intenções destinaram-se a ser feitas a seus leitores. Ou seja, investigar os "recursos" de comunicação para tais ideias e intenções. O contexto, nessa perspectiva, deve ser mais um elemento de análise, e não o elemento determinante.

Essas reflexões compõem o método do "contextualismo linguístico", formulado a partir da rejeição às abordagens exclusivamente textualistas ou exclusivamente contextualistas, propondo a recuperação das intenções do autor e a reconstrução do contexto das convenções linguísticas de um determinado período. Deve-se, nesse sentido, privilegiar e dar atenção aos jogos de linguagem que, segundo Skinner, governam o mundo mental e o vocabulário conceitual – tornando a discussão feita anteriormente sobre a metáfora ainda mais central para o argumento aqui defendido.

Como já mencionado, poucos são os estudos que abordam ou analisam a trajetória de Alexandre Albuquerque. Sylvia Ficher, em seu estudo sobre os engenheiro-arquitetos formados pela Escola Politécnica de São Paulo, encara a difícil missão de se construir um perfil do engenheiro, e, de certa forma,

[22] SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. History And Theory, Middletown, Ct, v. 1, n. 8, p.3-53, 1969. Disponível em: <jstor.org/discover/10.2307/2504188?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21106371084601>. Acesso em: 05 nov. 2015, p.30.

aborda os três aspectos anteriormente destacados por Cerasoli. Pela natureza de seu estudo, que investigou mais de cem nomes entre alunos e professores da Escola Politécnica de São Paulo em um recorte temporal de que vai de 1894 a 1947, Ficher contribui, sobretudo, pelas muitas informações elencadas sobre esses inúmeros profissionais, construindo um verdadeiro panorama de sua atuação que permite, inclusive, o mapeamento das relações profissionais, pessoais e políticas estabelecidas entre eles.

Ao se referir ao discurso do engenheiro na cerimônia de formatura de 1905, "famoso como marco pioneiro na luta por uma legislação em defesa da atividade dos engenheiros diplomados", ela, de certa forma, corrobora para a construção da mitologia do "paladino". Entretanto, Ficher fornece pistas para entender como se deu a cristalização de tal imagem, indicando os relatos que engradeciam a fala do engenheiro e a deslocavam para a narrativa da regulamentação profissional, transformando-a em um "início". Pelos apontamentos da autora a mitologia se inicia já no ano da morte de Albuquerque, 1940, quando seu colega politécnico Luiz Cintra Prado publicou uma homenagem intitulada "Prof. Dr. Alexandre Albuquerque" na *Revista Polytechnica*[23].

Entretanto, a relação com a campanha pela regulamentação profissional, identificada aqui como uma mitologia da prolepse, foi selada na interpretação de Adolpho Morales de los Rios Filho, em seu livro, que objetivava historiar o percurso político e legal que resultou na regulamentação profissional de engenheiros, arquitetos e agrimensores no Brasil[24]. Posteriormente, em 1981, essa leitura é novamente enfatizada, segundo Ficher, por Moacy de Mesquita em *A História da Legislação Profissional da Engenharia, Arquitetura e Agronomia no Brasil*. Essas duas últimas publicações, ambas veiculadas e publicadas pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), demonstram um esforço institucional de criação de uma narrativa da regulamentação profissional dessas profissões no Brasil, destacando grandes figuras que, dadas suas articulações e habilidades políticas, defendendo seus próprios interesses frente sua classe, se tornavam "paladinos".

Nessa ótica, a múltipla atuação de Albuquerque, que, "paralelamente à atividade privada, dedicava-se à política profissional e escrevia trabalhos de cunho técnico"[25], agiu no sentido de lhe dotar de capital político e representatividade frente à sua heterogênea categoria. Seu trânsito entre o Instituto de Engenharia (interpretado por grande parte da bibliografia como o órgão dos politécnicos) e o Instituto Paulista de Arquitetos (associação de cunho mais aberto no que tocava a aceitação de membros, com a participação de pintores, escultores e outros artistas), bem como seu envolvimento com a família Cardim na fundação da Academia de Belas Artes de São Paulo, aliados à sua dupla formação, o tornavam um representante das mais diversas (e até opostas) variações da prática arquitetônica.

Há, além de Ficher, outros dois estudos sobre Alexandre Albuquerque que corroboram e consolidam essa narrativa mitológica a seu respeito. Maria Beatriz Portugal Albuquerque, neta do engenheiro, analisa suas posições e estudos sobre a insolação em São Paulo em dissertação defendida em 2006[26]. A autora enaltece o caráter inovador e inaugural da atuação de Albuquerque, afirmando que desde o início de sua carreira ele teria revelado grande diversidade de interesses: projetou, lecionou, escreveu trabalhos teóricos, dedicou-se profissionalmente pela política, fundou a primeira Escola de Belas Artes de São Paulo, se tornou o primeiro presidente do Sindicato dos Artistas Plásticos de São Paulo e arquiteto-construtor da catedral de São Paulo durante 21 anos[27]. A versão do engenheiro construída por Maria Beatriz Albuquerque pode ser sistematizada no depoimento de Paulo Mendes de Almeida, em 1976, acerca dessa sua relação com as artes:

Em 1921, o Prof. Alexandre Albuquerque e mais alguns companheiros fundavam a Sociedade Paulista de Belas Artes, cujas finalidades primordiais seriam a de congregar os artistas de São Paulo (...) e incentivar o gosto pelas artes, através de um plano de ação, em que se incluíam, entre outras medidas, frequentes exposições, e, portanto, mais estreitos contatos com o público em geral. Cheio de entusiasmo e fé em suas ideias, era o Dr. Alexandre Albuquerque homem de pegar e fazer[28].

A autora ainda traz em sua dissertação valiosos anexos, como uma cronologia relacionando grande parte da atuação do engenheiro, suas anotações das aulas de Ramos de Azevedo sobre habitações, seu artigo publicado na *Revista Polytechnica* em 1931 intitulado "Arquitetura Moderna" e um levantamento

23 PRADO, Luiz Cintra, "Prof. Dr. Alexandre Albuquerque" in *Revista Polytechnica*, São Paulo, jul. /set., 1940, n.136, p.65-6 Apud FICHER, Op. Cit., p.98.

24 MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolpho, *Legislação do Exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura no Brasil.* Rio de Janeiro: CONFEA, 1956, p.12.

25 FICHER, Op. Cit., p.100.

26 ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal. *Luz, Ar e Sol na São Paulo Moderna. Alexandre Albuquerque e a Insolação em São Paulo (1916-1934*). Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

27 Idem, p. 6.

28 ALMEIDA, Paulo Mendes de, in ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal, Op. Cit., p.55.

da biblioteca de Albuquerque. Esse último anexo fornece indícios de algumas referências utilizadas por ele na elaboração de suas concepções sobre a cidade e sobre a própria profissão, ou, ao menos, indicam autores e obras aos quais ele teve acesso.

Em uma perspectiva mais abrangente, João Carlos Graziosi, em dissertação defendida em 2001, objetiva o estudo da trajetória profissional do engenheiro arquiteto tomando como balizas cronológicas o ano de 1905, do discurso de formatura, a 1940, de seu falecimento[29]. O autor divide a trajetória de Albuquerque a partir de fases determinadas pelos estilos a partir dos quais ele projetou em diferentes e bem recortados períodos – assumindo certa coerência à narrativa construída, certamente ausente na produção de Albuquerque. Nos dois primeiros capítulos, entretanto, o autor aborda a formação e os primeiros anos de carreira do engenheiro (até o ano de 1909). Sua prática é, então, narrada a partir do ecletismo (1909-1931), do neocolonial (1919-1931) e da arquitetura moderna (1930-1940). Apesar de ter outro objetivo se comparado a Maria Albuquerque, Graziosi também caracteriza o engenheiro em sua narrativa como o agente de situações inaugurais e de mudança. Em relação ao discurso 1905, o autor também assume seu caráter de "marco pioneiro na luta por uma legislação em prol da atividade dos engenheiros diplomados", transcrevendo grande parte da fala do orador[30].

O discurso também é usado para legitimar o argumento de Graziosi de que Albuquerque "sempre foi dedicado e interessado em problemas da regulamentação profissional", e explicar seu envolvimento com as associações profissionais a partir da década de 1910, o que o autor entende como sequência a esse objetivo inicial "tão buscado por Alexandre Albuquerque, desde a semente plantada no discurso de colação de grau de engenheiro arquiteto"[31]. O mesmo ocorre quando aborda a fundação do Instituto de Engenharia, reflexo, para ele, dessa preocupação constante do engenheiro, caracterizada como "idealista"[32]. O estudo lista e analisa inúmeras obras projetadas e construídas pelo engenheiro, algumas até então não atribuídas a ele, investigando, inclusive, o estado de conservação e utilização de alguns edifícios e casas. O perfil de Albuquerque traçado pelo autor vai menos no sentido de ressaltar seu pioneirismo – como feito por Maria Albuquerque – do que de exaltar sua capacidade de aliar "a sociabilidade e o poder de reunir pessoas ao seu entorno", tornando-se o "melhor exemplo de como transpor a ponte que une essas áreas, a do lado técnico e a do lado artístico"[33].

Apesar dos diferentes enfoques e, consequentemente, das diferentes visões sobre Alexandre Albuquerque, esses estudos partilham de um fundo comum de referências, fontes documentais e momentos de sua trajetória. As narrativas construídas por eles partilham grande similaridade, seguindo uma perspectiva evolutiva da passagem do tempo, inaugurado no discurso de 1905, e que perpassa momentos consolidados da trajetória do engenheiro, compondo e cristalizando sua mitologia. Além disso, o caráter múltiplo e diversificado de sua prática arquitetônica, enaltecido pelos autores, contribui para a perspectiva "grandiosa" da atuação dos engenheiros do início do século XX, aceitando a metáfora criada pelo próprio Albuquerque sobre sua classe e sobre si mesmo: cavaleiros responsáveis pela cruzada que transformaria sua Pátria e a faria alcançar toda a sua potencialidade.

Outra recorrência é a utilização de testemunhos e entrevistas feitas com o filho do engenheiro, Alexandre Serpa de Albuquerque, que se tornaram base para tentativas de se "revelarem" alguns traços pessoais – como a suposta tensão entre Albuquerque e Ramos de Azevedo ou a supressão, a partir de 1926, do conectivo "de" que ligava seu nome a seu sobrenome, por ele achar a forma original "muito escravocrata"[34]. O uso de testemunhos orais como fontes documentais, entretanto, requer ainda mais criticidade e cuidado por parte do historiador, incumbido de não só questionar as informações recebidas do entrevistado, mas também pensá-las a partir das condições de sua produção. Sendo assim, também devem ser consideradas quais perguntas foram feitas a ele pelo pesquisador, bem como o fato de que o filho de Albuquerque, perguntado inúmeras vezes acerca da trajetória de seu pai poderia ter desenvolvida uma mesma narrativa, que, naturalmente, privilegiaria alguns aspectos e momentos e não traria à tona diversos outros – afinal, como argumenta Skinner, se as tentativas de síntese podem revelar coerências, elas revelam também, e tanto quanto, doutrinas incoerentes[35].

Um último aspecto partilhado entre tais narrativas e aqui destacado pode ser lido como a tradução

29 GRAZIOSI, João Carlos. A trajetória profissional do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, 1905-1940. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001.

30 Idem, p.11.

31 Idem, p. 55-6.

32 Idem, p. 89.

33 Idem, p.134.

34 Graziosi afirma ser essa a razão da mudança a partir de declaração de Alexandre Serpa de Albuquerque em entrevista de janeiro de 2001. GRAZIOSI, Op. Cit., p.4.

35 SKINNER, Op. Cit., p.30.

dessa mitologia. Também de natureza oral, o testemunho do arquiteto Vilanova Artigas foi, em todos esses casos, tomado como índice distintivo da peculiaridade de Albuquerque e utilizado como perspectiva analítica na seleção e privilégio de determinados momentos de sua trajetória:

Arquiteto, foi o professor de construção da Politécnica, e foi exatamente o homem que fazia a ponta entre a Arquitetura e a Engenharia... Foi o homem que estudou a insolação, foi o homem que procurou teorias humanísticas que se dirigem em torno da higiene dos edifícios, para aplicar no funcionalismo de hospitais e casas [...] [36].

Portanto, o que aponto aqui, é a necessidade de se (re)pensar o papel do discurso de colação de grau de 1905 a partir das perspectivas apresentadas, bem como compreender seu papel na construção de uma mitologia que, apesar de ter como protagonista Alexandre Albuquerque, acaba por ressonar em toda sua categoria profissional e nas narrativas acerca de sua regulamentação. Nesse sentido, o engenheiro perde a posição de "paladino" ou pioneiro que ocupava, conservando, no entanto, um outro aspecto já destacado e também presente no testemunho de Artigas: "[...] veja que figura interessante, o Alexandre" [37].

36 Depoimento de Artigas a Sylvia Ficher, datado de 1982. FICHER, Op. Cit., p.99.

37 Idem.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria Beatriz Portugal. *Luz, Ar e Sol na São Paulo Moderna. Alexandre Albuquerque e a Insolação em São Paulo (1916-1934).* Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CERASOLI, Josianne Francia. *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira Republica.* 1998. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000133906>. Acesso em: 5 nov. 2015.

_____. Arquiteturas Urbanas: higiene, estética e construções civis em São Paulo no início do século XX. Itinerário profissional de Alexandre Albuquerque e o debate sobre a cidade. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 10, n. 3, p.4, 2008. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1241>. Acesso em: 05 nov. 2015.

FARIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josianne Francia; LIRA, Flaviana (org.). *Urbanistas e urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografia*. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro (Coaut. de). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da FGV, 1994.

GRAZIOSI, João Carlos. *A trajetória profissional do engenheiro arquiteto Alexandre Albuquerque, 1905-1940*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2001.

MICELI, Sergio (Coaut. de); POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, SP: EDUSP, 2003.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *A regulamentação da profissão de arquiteto*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1934; e *Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura: exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor: resoluções, documentação.* [Rio de Janeiro]: Ministério do Trabalho, Industria e Commercio, 1938.

PARETO JUNIOR, Lindener. *O cotidiano em construção: os "práticos licenciados" em São Paulo (1893-1933).* 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-30012012-151830/>. Acesso em: 2015-11-05.

RICOEUR, Paul. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, Sheldon (org.). *Da metáfora*. São Paulo: Educ-Pontes, 1992.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History And Theory*, Middletown, Ct, v. 1, n. 8, p.3-53, 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/2504188?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21106371084601>. Acesso em: 05 nov. 2015.

Recebido [Out. 14, 2015]
Aprovado [Fev. 19, 2016]